

Demonstrações Financeiras

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.

31 de dezembro de 2017
com Relatório do Auditor Independente

Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2017

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1-3
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração da mutação do patrimônio líquido	7
Demonstração do fluxo de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11-27

Relatório da Administração

A Administração da Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A. (“Mariana” ou “Companhia”) tem a satisfação de submeter à apreciação dos senhores acionistas o relatório da administração e as demonstrações financeiras acompanhadas das notas explicativas e do respectivo relatório do auditor independente relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

A Companhia

A Mariana é uma subsidiária integral da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“Taesa”).

Desempenho Financeiro - R\$ mil	2017	2016
Receita operacional líquida	38.956	22.274
EBITDA	1.725	648
Margem EBITDA	4,43%	2,91%
Reconciliação do EBITDA		
Lucro (prejuízo) do exercício	2.776	(1.442)
Resultado financeiro	71	(622)
Imposto de renda e contribuição social	(1.122)	2.712
EBITDA	1.725	648

EBITDA - é o lucro líquido antes dos impostos, das despesas financeiras líquidas e das despesas de depreciação e amortização. O EBITDA não é reconhecido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, não representa um fluxo de caixa para os exercícios apresentados, e não deve ser considerado como um lucro líquido alternativo, tampouco é indicador de desempenho. O EBITDA apresentado é utilizado pela Companhia para medir o seu próprio desempenho. A Companhia entende que alguns investidores e analistas financeiros usam o EBITDA como um indicador de seu desempenho operacional.

Governança Corporativa

A Mariana faz parte do Grupo Taesa, cuja “holding”, Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A., é uma Companhia de capital aberto, listada no segmento do Nível 2 de Governança Corporativa da BOVESPA.

A Taesa realiza atividades de “*back-office*” para atividades administrativas da Mariana e procura implantar na concessão os mesmos princípios de Governança Corporativa e Qualidade, comuns a todas as concessões em que o Grupo Taesa administra.

Declaração da Diretoria

Os membros da Diretoria da Companhia, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia e com a opinião do auditor independente da Companhia expressa no Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Relacionamento com o Auditor Independente

A Companhia contratou a Ernst&Young Auditores Independentes S.S. (“EY Brasil”) para prestar serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 pelo valor de R\$44 mil.

As políticas da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa do seu auditor independente visam assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor. Durante o exercício de 2017, nosso auditor independente não prestou serviços não relacionados à auditoria.

Durante o exercício de 2018 nossos auditores independentes prestaram serviços para análise e diagnóstico das mudanças ocorridas nas normas contábeis, vigentes a partir de 1º de janeiro de 2018: CPC48 (IFRS 9) e CPC47 (IFRS15). A Administração foi responsável pelo julgamento sobre os impactos oriundos das aplicações das respectivas normas, os quais estão divulgados em nota explicativa na demonstração financeira de 2017. A prestação de serviço foi custeada pela Controladora Taesa.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e Diretores da
Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 09 de março de 2017 com opinião sem modificação e com ênfase sobre início da fase de operação, sobre essas demonstrações financeiras.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 01 de fevereiro de 2018.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC-1RJ 090174/O-4

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2017	31/12/2016		Nota explicativa	31/12/2017	31/12/2016
Ativos				Passivos			
<i>Ativos Circulantes</i>				<i>Passivos Circulantes</i>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	15	10	Fornecedores		1.913	7.361
Títulos e valores mobiliários	5	403	303	Impostos e contribuições sociais	7	165	316
Impostos e contribuições sociais	7	240	190	Dividendos a pagar	10	806	147
Outras contas a receber		102	-	Outras contas a pagar		80	22
Total dos Ativos Circulantes		<u>760</u>	<u>503</u>	Total dos Passivos Circulantes		<u>2.964</u>	<u>7.846</u>
 				<i>Passivos Não Circulantes</i>			
<i>Ativos Não Circulantes</i>				Impostos e contribuições diferidos	8	2.260	3.390
Depósitos judiciais		3.840	-	Tributos diferidos	9	2.678	1.137
Ativo financeiro de concessão	6	73.494	37.160	Provisões para contingências		3.744	-
Total dos Ativos Não Circulantes		<u>77.334</u>	<u>37.160</u>	Total dos Passivos Não Circulantes		<u>8.682</u>	<u>4.527</u>
 				Total dos Passivos		<u>11.646</u>	<u>12.373</u>
 				<i>Patrimônio Líquido</i>			
 				Capital social		25.384	25.384
 				Reserva de lucros		2.023	-
 				Recurso destinados a aumento de capital		39.041	-
 				Prejuízo acumulado		-	(94)
 				Total do Patrimônio Líquido	13	<u>66.448</u>	<u>25.290</u>
 				Total dos Passivos e do Patrimônio Líquido		<u>78.094</u>	<u>37.663</u>
Total dos Ativos		<u>78.094</u>	<u>37.663</u>				

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota <u>explicativa</u>	2017	2016
Receita operacional líquida	16	<u>38.956</u>	<u>22.274</u>
Material e outros custos de construção		<u>(36.266)</u>	<u>(21.181)</u>
Custos operacionais		<u>(36.266)</u>	<u>(21.181)</u>
Lucro bruto		<u>2.690</u>	<u>1.093</u>
Pessoal		(496)	-
Serviços de terceiros		(464)	(440)
Outras despesas operacionais		<u>(5)</u>	<u>(5)</u>
Despesas operacionais		<u>(965)</u>	<u>(445)</u>
Lucro antes das receitas (despesas) financeiras, líquidas dos impostos e contribuições		<u>1.725</u>	<u>648</u>
Receitas financeiras		33	632
Despesas financeiras		<u>(104)</u>	<u>(10)</u>
Receitas (despesas) financeiras, líquidas		<u>(71)</u>	<u>622</u>
Lucro antes dos impostos e das contribuições		<u>1.654</u>	<u>1.270</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes		(8)	(197)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		<u>1.130</u>	<u>(2.515)</u>
Imposto de renda e contribuição social	12	<u>1.122</u>	<u>(2.712)</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		<u><u>2.776</u></u>	<u><u>(1.442)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente para o exercício
findo em 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	<u>2.776</u>	<u>(1.442)</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	<u><u>2.776</u></u>	<u><u>(1.442)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração da mutação do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de lucros		Recursos destinados a aumento de capital	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
			Legal	Especial			
Saldos em 31 de dezembro de 2015		20.001	75	1.065	-	-	21.141
Reversão dos dividendos obrigatórios de 2014- AGO de 23/03/2016		-	-	208	-	-	208
Aumento de capital - AGE de 28/12/2016		5.383	-	-	-	-	5.383
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(1.442)	(1.442)
Compensação de prejuízo - Reservas de lucros (art. 189 Lei nº 6.404/76)		-	(75)	(1.273)	-	1.348	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	13	25.384	-	-	-	(94)	25.290
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC		-	-	-	39.041	-	39.041
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	2.776	2.776
Destinação do resultado:							
Reserva legal		-	139	-	-	(139)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(659)	(659)
Reserva especial		-	-	1.884	-	(1.884)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	13	25.384	139	1.884	39.041	-	66.448

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração do fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota <u>explicativa</u>	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		2.776	(1.442)
Itens de resultado que não afetam o caixa:			
Remuneração do ativo financeiro de concessão	6	(2.794)	(1.133)
Receita de construção	6	(37.704)	(21.984)
Receita de aplicação financeira		(33)	(632)
Custo de construção		1.844	6.267
Imposto de renda e contribuição social	12	(1.122)	2.712
Tributos diferidos		1.541	843
Provisão para contingências	11	3.905	-
Variações nos ativos e passivos:			
Redução (aumento) no ativo financeiro de concessão	6	4.164	(2.730)
(Aumento) redução nos impostos e nas contribuições sociais ativos, líquido dos passivos		(203)	172
(Aumento) redução nas outras contas a receber e depósitos judiciais		(3.942)	3
Redução (aumento) nos fornecedores		(7.292)	566
Aumento nas outras contas a pagar		(103)	-
Caixa (aplicado) nas atividades operacionais		<u>(38.963)</u>	<u>(17.358)</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		<u>(6)</u>	<u>(176)</u>
Caixa líquido (aplicado) nas atividades operacionais		<u>(38.969)</u>	<u>(17.534)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
(Aumento) redução no saldo de títulos e valores mobiliários	5	<u>(67)</u>	<u>10.236</u>
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento		<u>(67)</u>	<u>10.236</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital	13	-	5.383
Recursos destinado ao aumento de capital – AFAC		<u>39.041</u>	<u>-</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>39.041</u>	<u>5.383</u>
Aumento (redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa		<u>5</u>	<u>(1.915)</u>
Saldo inicial de equivalentes de caixa	4	10	1.925
Saldo final de equivalentes de caixa	4	<u>15</u>	<u>10</u>
Aumento (redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa		<u>5</u>	<u>(1.915)</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Apresentamos as notas explicativas que integram o conjunto das demonstrações financeiras da Companhia, distribuídas da seguinte forma:

1. INFORMAÇÕES GERAIS	10
2. BASE DE PREPARAÇÃO.....	10
3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS.....	12
4. EQUIVALENTES DE CAIXA.....	157
5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	157
6. ATIVO FINANCEIRO DE CONCESSÃO.....	177
7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	199
8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDOS	199
9. TRIBUTOS DIFERIDOS	19
10. PARTES RELACIONADAS.....	209
11. PROVISÕES PARA RISCOS CÍVIS.....	2020
12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	2020
13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2121
14. COBERTURA DE SEGUROS.....	2221
15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS	22
16. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	Erro! Indicador não definido.5
17. COMPROMISSOS ASSUMIDOS.....	255
18. OUTRAS INFORMAÇÕES	256

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Mariana Transmissora de Energia S.A. (“Mariana” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 18 de dezembro de 2013, que tem como objeto principal a exploração da concessão de serviços públicos de transmissão relativos às instalações de transmissão de energia elétrica denominada Itabirito II - Vespasiano II de 500Kv, conforme estabelecido no Edital de Leilão nº 013/2013, emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Em 2 de maio de 2014, a Companhia assinou, com a ANEEL, o contrato de concessão nº 011/2014 para construção, operação e manutenção da linha de transmissão pelo prazo de 30 anos, cuja previsão para início das operações é maio de 2019.

Em 21 de fevereiro de 2017 o Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM, emitiu a Licença Prévia Ambiental e solicitou o atendimento de algumas condicionantes para a formalização da Licença de Instalação. Em julho de 2017 foi protocolada a solicitação da licença de instalação que tem previsão de ser expedida em março de 2018. Após a obtenção da Licença de Instalação, será iniciada a fase de construção da linha de transmissão, com duração estimada de 14 (quatorze) meses.

Embora haja expectativa de cumprimento do prazo previsto no contrato de concessão firmado, para a entrada em operação da linha de transmissão, a Administração da Mariana encontra-se em tratativas junto à ANEEL buscando revisão de determinadas condições contratuais relacionadas à receita anual permitida, tendo como base os eventuais impactos decorrentes do atraso na emissão da licença de instalação pelo órgão ambiental competente.

A Administração da Companhia não possui expectativa de incorrer em penalidades em eventual atraso caso a data de entrada em operação não seja cumprida, pois entende que este seria decorrente de fatos não imputáveis à Companhia passíveis de comprovação perante à ANEEL (atraso na emissão da licença de instalação). Conseqüentemente, nenhuma provisão foi constituída nesta data relacionada a este tema.

A Mariana é uma subsidiária integral da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“Taesa”), e, de acordo com o previsto no Contrato de Concessão assinado com a ANEEL, a Taesa, como acionista controlador, possui o compromisso de garantir que todas as obrigações e encargos estabelecidos no referido contrato sejam cumpridos.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentava excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante de R\$2.204, decorrente, principalmente, da conta “Fornecedores”. Para equalização do capital circulante negativo, a Companhia conta com aportes de recursos a serem efetuados pela Taesa.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Companhia em 1º de fevereiro de 2018.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Todas as informações relevantes das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às informações utilizadas na gestão da Companhia.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros não derivativos, mensurados ao valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

a) Ativo financeiro de concessão - mensurado no início da concessão ao valor justo e posteriormente mantido ao custo amortizado. No início de cada concessão, a Taxa de Remuneração do Ativo Financeiro - TRAF é estimada pela Companhia por meio de componentes internos e externos de mercado, por concessão, e é utilizada para remunerar o ativo financeiro da referida concessão durante o período da construção. Após a entrada em operação comercial, a TRAF é revisada de acordo com os investimentos realizados após a finalização da construção.

O saldo do ativo financeiro de concessão reflete o valor do fluxo de caixa futuro descontado pela TRAF da concessão. São consideradas no fluxo de caixa futuro as estimativas da Companhia na determinação da parcela mensal da Receita Anual Permitida - RAP que deve remunerar a infraestrutura e a indenização que se espera receber do Poder Concedente no fim da concessão. O valor indenizável é considerado pela Companhia como o valor residual contábil no término da concessão.

A TRAF reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, tendo sido apurada por meio da metodologia do "Capital Asset Pricing Model - CAPM", cuja composição observou os valores à época da realização do investimento.

b) Avaliação de instrumentos financeiros - são utilizadas premissas e técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

c) Impostos, contribuições e tributos - existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários, jurisdições em que a Companhia atua, e ao valor e à época de resultados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo e da complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. São constituídas provisões, quando aplicável, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, bem como os tributos diferidos, são registrados com base nas diferenças temporárias entre as bases contábeis e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente e os aspectos mencionados no parágrafo anterior.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros não derivativos - os ativos financeiros (incluindo os ativos determinados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento, compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia reconhece um ativo financeiro decorrente de contratos de concessão quando possui um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente ou da parte por ele indicada para os serviços de construção ou melhorias prestadas. Tais ativos financeiros são mensurados ao valor justo no reconhecimento inicial e classificados como empréstimos e recebíveis. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado.

A Companhia possui passivos financeiros não derivativos na categoria: Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado - um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, são reconhecidas no resultado do exercício.

b) Passivos financeiros não derivativos - a Companhia reconhece títulos de dívidas emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

A Companhia possui passivos financeiros não derivativos na categoria: Outros passivos financeiros ao custo amortizado - reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

c) Instrumento patrimonial - Capital social - ações ordinárias - são classificadas no patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto social, são reconhecidos como passivo.

3.2. Redução ao valor recuperável ("*impairment*")

a) Ativos financeiros - um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A indicação de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. A Companhia não identificou perdas ("*impairment*") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

b) Ativos não financeiros - os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e a contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou da Unidade Geradora de Caixa - UGC exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo (ou da UGC) para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a UGC). Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida, exceto ágio. A Companhia não identificou perdas ("*impairment*") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

3.3. Receita operacional

Receita operacional proveniente de contratos de concessão: de acordo com a interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão e a orientação técnica OCPC 05 - contratos de concessão, as concessionárias de transmissão de energia elétrica no ambiente regulatório brasileiro adotam o modelo do ativo financeiro de concessão, conforme estabelecido pelo parágrafo nº 93 da referida orientação, onde a RAP é composta por uma parcela que remunera o ativo financeiro constituído (investimento realizado na construção da linha de transmissão) e por uma parcela que remunera a operação e a manutenção da rede de transmissão, sendo esta última reconhecida de forma linear, no momento em que a linha de transmissão entrar em operação.

As receitas de desenvolvimento da infraestrutura, incorridas na fase de construção da linha de transmissão, foram contabilizadas pelos seus valores justos com base no que ditam os pronunciamentos técnicos CPC 17 (R1) e CPC 30 (R1), e a interpretação técnica ICPC 01 (R1), respeitando o regime de competência e adotando o método de apropriação linear da receita de operação e manutenção.

Com base no exposto anteriormente, a Companhia reconhece suas receitas quando os seus valores puderem ser mensurados com segurança e seja provável que seus benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia:

- Remuneração do ativo financeiro da concessão, reconhecida até o fim do período da concessão, auferida levando em consideração a taxa de retorno de cada investimento, definida no início de cada concessão.
- Desenvolvimento da infraestrutura, incorrida na fase de construção e apenas relacionada às construções das linhas de transmissão e às expansões que gerem receita adicional (receita de reforço), reconhecida no resultado à medida do estágio de conclusão da obra, de acordo com o que dita o pronunciamento técnico CPC 17 (R1) e mensurada com base nos seus valores justos. Os custos de desenvolvimento da infraestrutura são reconhecidos à medida que são incorridos.

3.4. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e as despesas financeiras abrangem despesas bancárias.

3.5. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base no regime do lucro presumido considerando as seguintes premissas: (i) Imposto de renda - base de cálculo de 8% da receita, alíquota do imposto de renda de 15% e adicional de 10% sobre a base tributável excedente de R\$240; e (ii) Contribuição social - base de cálculo de 12% da receita e alíquota da contribuição social de 9%.

A base de cálculo é a receita bruta auferida trimestralmente acrescida de ganhos de capital, dos rendimentos e ganhos líquidos auferidos em aplicações financeiras (renda fixa e variável) e das variações monetárias ativas e demais resultados positivos obtidos pela Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

Os impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Os impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.6. Normas e interpretações novas e revisadas

3.6.1. Aplicação das normas novas e revisadas, a partir de 1º de janeiro de 2017, que não tiveram efeito ou não tiveram efeito material sobre os montantes divulgados no exercício atual e em exercício anteriores:

- Modificações à IAS 7 - Necessidade de inclusão de divulgação de mudanças nos passivos oriundos de atividades de financiamento.
- Modificação à IAS 12 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas.
- Modificações à IFRS 12 - Ciclos de melhorias anuais 2015-2017.

3.6.2 As normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes, até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia são divulgadas abaixo. A Companhia pretende adotar essas normas, se for o caso, quando elas entrarem em vigor:

CPC 48 (IFRS9) - Instrumentos Financeiros - A norma inclui novos modelos para os três aspectos de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de *hedge*.

Em 2017, a Companhia realizou uma avaliação de impacto detalhada da classificação e da mensuração, considerando que a Companhia não adota contabilidade de *hedge*. Tomou por base informações atualmente disponíveis e poderá estar sujeita a mudanças decorrentes de informações razoáveis e passíveis de sustentação que serão disponibilizadas a Companhia em 2018, quando passará a adotar o CPC 48. Em geral, a Companhia não prevê nenhum impacto significativo no balanço patrimonial e na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

(a) Classificação e mensuração - A Companhia não espera um impacto significativo em seu balanço patrimonial ou patrimônio líquido na aplicação dos requisitos de classificação e mensuração da norma. Continuará avaliando pelo valor justo todos os ativos financeiros atualmente mantidos ao valor justo e espera que determinadas aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários possam vir a ser mensuradas pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, uma vez que espera não só manter estas aplicações, mas também negociá-las de forma relativamente frequente.

As contas a receber, são mantidos para captar fluxos de caixa contratuais e deverão gerar fluxos de caixa representando apenas pagamentos de principal e juros. A Companhia entende que as

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

características contratuais de fluxo de caixa desses instrumentos atendem aos critérios de mensuração de custo amortizado. Portanto, não se faz necessária a reclassificação para esses instrumentos.

(b) Redução ao valor recuperável - A norma exige que a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus títulos e valores mobiliários e contas a receber, com base em 12 meses ou por toda a vida. Devido a natureza garantida dos recebíveis, registradas em contrato entre a Companhia e o Poder Concedente, não são registradas provisões para perdas de crédito.

CPC 47 (IFRS 15) - Receita de Contratos com Clientes - A norma estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes, onde a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A Companhia planeja adotar a nova norma com início a partir de 1º de janeiro de 2018 com base no método retrospectivo modificado.

A Companhia atua na construção, operação e manutenção e transmissão de energia elétrica, por meio de contratos de concessão estabelecidos em licitações realizadas pelo Poder Público para concessão de serviço público de transmissão.

Prestação de serviços de transmissão - Para contratos com a ANEEL em que geralmente se espera que a construção, operação e manutenção das instalações de transmissão sejam as únicas obrigações de execução, a adoção da norma não deverá ter impacto na receita e no resultado da Companhia. A Companhia reconhece a receita ao longo tempo, conforme o serviço de disponibilização da rede de transmissão é prestado.

(a) Contraprestação variável - Os contratos de concessão mencionam a parcela variável ("PV"), que consistem em uma parcela a ser deduzida da receita da transmissora em virtude da não prestação adequada do serviço público de transmissão. Atualmente, a Companhia reconhece a receita de transmissão mensurada ao valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de descontos referentes a parcela variável, que dão origem a uma contraprestação variável. A norma exige que a contraprestação variável seja restrita para evitar o reconhecimento excessivo da receita. A Companhia não espera que a adoção da norma traga alterações, já que a PV reduz sua receita bruta.

Adicionalmente, as multas incorridas pela penalidade na qualidade da prestação do serviço, atualmente são contabilizadas como despesa operacional. A nova regra, item 50 e 51, indica que a receita deve ser reconhecida líquida de descontos, abatimentos, penalidades e outros itens, portanto, a Companhia identifica que as multas a partir de 1º de janeiro de 2018 deverão ser registradas como redutora da receita e não como despesa operacional.

(b) Alocação do preço de venda - A Companhia contabiliza a remuneração do ativo financeiro e o serviço de operação e manutenção como entregas separadas e aloca a contraprestação de forma distribuída entre esses produtos, seguindo o definido nos contratos de concessão.

Na avaliação da Companhia a apropriação da contraprestação e, conseqüentemente, a época do montante de receita reconhecida não serão afetados.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

(c) Reconhecimento da receita ao longo do tempo - A Companhia concluiu que os serviços são atendidos ao longo do tempo, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia. De acordo com a norma, a Companhia continuará a reconhecer a receita desses contratos de serviços ao longo do tempo, atendendo ao exigido pela nova norma.

(d) Exigências de apresentação e divulgação - As exigências de apresentação e divulgação da norma são mais detalhadas e como exigido, a Companhia desagrega as receitas reconhecidas de contratos com clientes em categorias que descrevem a natureza, o montante e o fato das receitas e dos fluxos de caixa serem afetados por fatores econômicos. A Companhia possui apenas um segmento operacional.

4. EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2017	31/12/2016
Bancos	15	10

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os títulos e valores mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais a preços e condições de mercado.

	31/12/2017	31/12/2016
Investimento em cotas de fundos – “Pampulha” – Ativo circulante	403	303
Taxa de rentabilidade anual acumulada	104,54% do CDI	106,31% do CDI

Fundo de investimento FIC de FI Pampulha - fundo não exclusivo, administrado e gerido pela BNP PARIBAS Asset Management, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

6. ATIVO FINANCEIRO DE CONCESSÃO

Linha de transmissão	TRAF	31/12/2016	Adição	Reversão de Adiantamentos (a)	Remuneração	31/12/2017
Itabirito II/Vespasiano II	5,68%	37.160	37.704	(4.164)	2.794	73.494
Não circulante		37.160				73.494

Linha de transmissão	TRAF	31/12/2015	Adição	Adiantamentos (a)	Remuneração	31/12/2016
Itabirito II/Vespasiano II	5,68%	11.313	21.984	2.730	1.133	37.160
Não circulante		11.313				37.160

Concessão	Descrição	Ato legislativo	RAP	Custo de construção estimado (capex ANEEL)	Posição Atual	REIDI (b)
Itabirito II Vespasiano II	Implantação de linha de transmissão 500 kV	Contrato Concessão ANEEL 011/2014	R\$ 10.990	R\$ 159.181	Previsão de energização: 15 de maio de 2019	Portaria MME 182/2014. Ato Declaratório da RFB nº 394/2014

(a) Adiantamentos a fornecedores realizados referente a custos ainda não incorridos na construção da subestação em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e, portanto, ainda não constituem custo de construção nesta data.

(b) Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

· Principais características dos contratos de concessão

RAP - a prestação do serviço público de transmissão ocorrerá mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M.

Faturamento da receita de operação, manutenção e construção - pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito, nos primeiros 15 anos de operação comercial, ao faturamento anual de operação, manutenção e construção, reajustado e revisado anualmente. A partir do 16º ano de operação comercial, o faturamento anual de operação, manutenção e construção da transmissora será de 50% do 15º ano de operação comercial (a partir de abril de 2020), estendendo-se até o término do prazo final da concessão.

Parcela variável - a receita de operação, manutenção e construção estará sujeita a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST. A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% da receita anual de operação, manutenção e construção da transmissora, relativa ao período contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive esse mês. Caso seja ultrapassado o limite supracitado, a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº 318, de 6 de outubro de 1998, no valor máximo por infração incorrida de 2% do valor do faturamento anual de operação, manutenção e construção dos últimos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração.

Extinção da concessão e reversão de bens vinculados - o advento do termo final do contrato de concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, sendo procedidos os levantamentos e as avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos da Reserva Global de Reversão – RGR. A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pelas concessões das linhas de transmissão de energia por meio de investimentos adicionais quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica. A Administração entende que a melhor estimativa para o valor de indenização é o valor residual do ativo imobilizado.

Renovação - a critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, mediante requerimento da transmissora.

Aspectos ambientais - a transmissora deverá construir, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis, adotando todas as providências necessárias perante o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

Descumprimento de penalidades - nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração ou notificação ou determinação da ANEEL e dos procedimentos de rede, para regularizar a prestação de serviços, poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na lei e no contrato de concessão, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da transmissora perante o Poder Concedente, a ANEEL, os usuários e terceiros, e das indenizações cabíveis. Alternativamente à declaração de caducidade, a ANEEL poderá propor a desapropriação do bloco de ações de controle da transmissora e levá-lo a leilão público. O valor mínimo definido para o leilão será o montante líquido da indenização que seria devida no caso da caducidade. Aos controladores será transferido, do montante apurado, o valor equivalente às respectivas participações.

· Estrutura de formação da RAP – a Companhia é remunerada pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica, da Rede Básica de Fronteira e das Demais Instalações de Transmissão - DIT, não estando vinculada à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão. A remuneração pelas DIT que não pertencem à Rede Básica é feita por meio de uma tarifa definida pela ANEEL. Essa remuneração também varia com a sua disponibilidade.

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	31/12/2017	31/12/2016
<u>Ativo Circulante</u>		
Imposto de Renda a compensar	150	150
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	56	6
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS a compensar	34	34
	240	190
<u>Passivo Circulante</u>		
INSS, FGTS, ISS e ICMS	105	45
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	43	261
Outros	17	10
	165	316

8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDOS

	31/12/2017	31/12/2016
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL sobre diferenças temporárias (*) - Passivo	2.260	3.390

(*) Valores referentes à aplicação da interpretação técnica ICPC 01 (R1).

9. TRIBUTOS DIFERIDOS

	31/12/2017	31/12/2016
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (*) – Passivo	2.678	1.137

(*) Valores referentes à aplicação da interpretação técnica ICPC 01 (R1).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

10. PARTES RELACIONADAS

I – Outras Contas a Pagar - Passivos e despesas

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas					
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de Juros / Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Outras informações relevantes
Transações com a Controladora						
1	Outras contas a pagar x Outras despesas - Serviços de "back-office"	R\$ 19 Valor mensal	Nov/2014 a Nov/2018	Multa de 2% a. m. + juros de mora / Atualização anual pelo IPCA.	O contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante comunicação por escrito com antecedência mínima de 30 dias.	Não houve.
Transações com empresa ligada						
2	Contrato de compartilhamento de instalações - CEMIG GT (*)	R\$205 parcela única e R\$50 Valor mensal	Nov/2015 até a extinção da concessão de uma das partes	Atualização pelo IPCA.	Não houve	Não houve.

(*) Em 6 de dezembro de 2017 a Companhia pagou R\$210 referentes a realização de testes de relé Siemens SIPROTEC 7SS85.

REF	Contratos e outras transações	Passivo		Custos e Despesas	
		31/12/2017	31/12/2016	2017	2016
1	Serviços de "Back-office" - Taesa	25	23	297	281
2	Compartilhamento de instalações – CEMIG GT	-	-	210	-
		25	23	507	281

II - Dividendos a pagar

Dividendos a pagar	31/12/2016	Dividendos obrigatórios	31/12/2017
Dividendos a pagar à Taesa	147	659	806

III - Remuneração dos administradores

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 os administradores da Companhia abdicaram qualquer tipo de remuneração pelo desempenho de suas funções.

11. PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões fiscais, aspectos cíveis e trabalhistas e outros assuntos.

	31/12/2016	Adições	Baixas	31/12/2017
Cíveis	-	3.905	(161)	3.744

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2017	2016
Imposto de renda e contribuição social correntes	(8)	(197)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.130	(2.515)
	1.122	(2.712)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

Correntes - calculados sobre a receita bruta com base no regime do lucro presumido.

Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social	2017		2016	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita operacional bruta	40.497	40.497	23.127	23.127
(+) Ajuste - Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09	(40.497)	(40.497)	(23.127)	(23.127)
Percentual	8%	12%	32%	32%
Demais receitas:				
Renda de aplicação financeira	33	33	632	632
Base de cálculo	33	33	632	632
Imposto de renda - 15%	(5)		(95)	-
Adicional de imposto de renda - 10%	-		(45)	-
Contribuição social - 9%	-	(3)	-	(57)
Total de despesa	(5)	(3)	(140)	(57)
Total de IRPJ e CSLL		(8)		(197)

Diferidos - registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil, incluindo-se entre elas os ajustes decorrentes das Leis nº 11.638/07, nº 11.941/09 e nº 12.973/14.

	2017	2016
Imposto de renda	831	(1.849)
Contribuição social	299	(666)
	1.130	(2.515)

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social - em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o capital social totalmente integralizado era de R\$25.384, representado por 25.384.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal. Os titulares de ações ordinárias têm direito a um voto por ação nas Assembleias Gerais.

Data	Evento	Capital integralizado
28/12/2016	AGE	5.383

Reserva de lucros

- Reserva legal - constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.
- Reserva especial - De acordo com o parágrafo 5º do art. 202 da Lei nº 6.404/76, refere-se ao lucro não distribuído, apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, por ser o mesmo incompatível com a situação financeira da Companhia, tendo em vista que a mesma necessita de recursos para a conclusão da construção da linha de transmissão.

Os valores correspondentes a essa reserva deverão ser pagos assim que a situação da Companhia financeira permitir, desde que não tenham sido absorvidos por prejuízos dos exercícios seguintes.

Remuneração aos acionistas - O estatuto social da Companhia prevê o pagamento de dividendos anual mínimo obrigatório de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício apurado na forma da Lei nº 6.404/76.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

Destinação do lucro do exercício

Destinação do lucro (prejuízo) do exercício – ratificada pela AGO de 28/04/2017 (*)	31/12/2017	31/12/2016 (*)
Lucro (Prejuízo) do exercício	2.776	(1.442)
Reserva legal (5%)	(139)	-
Dividendos obrigatórios (25%)	(659)	-
Reserva especial	(1.884)	-
Compensação de prejuízos acumulados	(94)	-
Prejuízos acumulados	-	94
Compensação de prejuízo – Reservas de lucros (art. 189 Lei 6.404/76)	-	1.348

14. COBERTURA DE SEGUROS

Tipo de Seguro	Seguradora	Vigência	Límite Máximo de Indenização	Danos Materiais - Valor em risco	Prêmio
Responsabilidade civil de diretores e administradores	Liberty Seguros	19/09/17 a 18/09/18	15.000	-	-

Seguro garantia de fiel cumprimento

A Companhia contratou seguro de fiel cumprimento dos prejuízos decorrentes do seu inadimplemento nas obrigações assumidas no contrato de concessão, exclusivamente no que se refere à construção, operação e manutenção de instalações descritas no referido contrato.

Leilão	Seguradora	Vigência	Valor Segurado
13/2013	J. Malucelli Seguradora S.A	01/04/2014 a 24/03/2019	5.350

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

15.1. Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos da Companhia visa identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela Administração. Esses riscos incluem o risco de capital, de mercado (risco de taxa de juros e outros riscos operacionais, quando aplicável), de crédito e de liquidez. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados.

15.2. Gestão do risco de capital

A Companhia administra seus capitais para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, e maximizar o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações.

15.3. Categorias de instrumentos financeiros

	31/12/2017	31/12/2016
<u>Ativos financeiros</u>		
Bancos	15	10
Mensurados a valor justo por meio de resultado		
- Títulos e valores mobiliários	403	303
Empréstimos e recebíveis		
- Ativo financeiro de concessão	73.494	37.160

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

	31/12/2017	31/12/2016
Ativos financeiros		
	73.912	37.473
Passivos financeiros		
Outros passivos financeiros ao custo amortizado		
- Fornecedores	1.913	7.361

15.4. Risco de mercado

15.4.1 Gestão do risco de taxa de juros

Para minimizar o risco de captação insuficiente de recursos com custos e prazos de reembolso considerados adequados, a Companhia monitora permanentemente o cronograma de pagamento de suas obrigações e a sua geração de caixa. Não houve mudança relevante na exposição da Companhia quanto aos riscos de mercado ou na maneira pela qual ela administra e mensura esses riscos.

A Companhia está exposta às flutuações de taxa de juros pós-fixadas sobre aplicações financeiras. Esse risco é administrado por meio do monitoramento dos movimentos de taxas de juros e manutenção de um "mix" apropriado entre ativos e passivos denominados em taxa de juros pós-fixadas.

15.4.2 Análises de sensibilidade sobre instrumentos financeiros

A Companhia efetuou testes de análises de sensibilidade conforme requerido pelas práticas contábeis e a Instrução CVM nº 475/08, elaboradas com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos, não derivativos, relevantes, em aberto no fim do exercício deste relatório, assumindo que o valor dos ativos a seguir estivesse em aberto durante todo o exercício, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos.

As taxas utilizadas para cálculo dos cenários prováveis são referenciadas por fonte externa independente, cenários estes que são utilizados como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente) na exposição líquida, quando aplicável, conforme apresentado a seguir:

	Cenário provável	31/12/2017
CDI (a)	6,50%	9,93%

(a) Conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil - BACEN (Relatório Focus - Mediana Top 5 de médio prazo), em 26 de fevereiro de 2018 - Fonte externa independente.

Exposição líquida dos instrumentos financeiros não derivativos	31/12/2017	Efeito no LAIR - 2018 – (redução) Provável
Títulos e valores mobiliários – CDI – Ativos financeiros	403	(14)

15.5. Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. Esse risco é proveniente dos investimentos mantidos com bancos e instituições financeiras.

A Administração da Companhia entende que o risco de crédito do saldo mantido em caixa e equivalentes de caixa é limitado considerando que as contrapartes são representadas por bancos e instituições financeiras que possuem níveis de classificação de crédito ("ratings") satisfatórios,

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

o que caracteriza uma grande probabilidade de que nenhuma contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.

15.6. Gestão dos riscos operacionais (fase de construção)

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial:

Riscos regulatórios - extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente.

Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas - a Companhia poderá incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades, dado que a Companhia pode depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados.

Risco de descontinuidade de um fornecedor específico que não tenha substituto no mercado - onde a Companhia possa ser obrigada a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa seus resultados operacionais. O objetivo da Companhia é o de administrar os riscos operacionais evitando a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação, e buscar eficácia nos custos.

15.7. Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos, (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços), e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

15.7.1 Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

	Nota explicativa	31/12/2017	31/12/2016	Hierarquia do valor justo
<u>Ativos financeiros</u>				
Títulos e valores mobiliários	5	403	303	Nível2

15.7.2 Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado (entretanto, são exigidas divulgações do valor justo)

Exceto pelos detalhados a seguir, a Administração considera que os valores contábeis dos demais ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, reconhecidos nessas informações financeiras, se aproximam dos seus valores justos.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

	Nota	31/12/2017		31/12/2016		Hierarquia do valor justo
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
Ativo financeiro de concessão	6	73.494	73.494	37.160	37.160	Nível 3

Técnicas de avaliação e informações usadas - Ativo financeiro de concessão: no início da concessão é mensurado ao valor justo e, posteriormente, mantido ao custo amortizado. No início de cada concessão, a taxa de desconto é calculada com base no custo de capital próprio e está auferida por meio de componentes internos e de mercado. Após a entrada em operação comercial das linhas de transmissão, a TRAF é revisada de acordo com os investimentos realizados após a finalização da construção. A Companhia adotou a metodologia de apuração do valor justo do ativo financeiro de concessão, por meio do recálculo da taxa de remuneração, determinado de acordo com o modelo de precificação com base em análise do fluxo de caixa descontado e utilizando a taxa de desconto atualizada, que considera a alteração de variáveis de mercado (inflação norte-americana, taxa livre de risco e o risco Brasil), com base nas informações disponíveis em 31 de dezembro de 2017 e 2016, e mantém as demais premissas utilizadas no início da concessão e ao final da fase de construção.

A movimentação do ativo financeiro e respectivos ganhos (perdas) no resultado do exercício de R\$2.793 em 2017 (R\$1.133 em 2016) estão divulgadas na nota 6 – Ativo financeiro de concessão, e as principais metodologias utilizadas estão divulgadas na nota 3 – Políticas Contábeis.

16. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2017	2016
Construção	37.704	21.984
Remuneração do ativo financeiro de concessão	2.793	1.133
Receita operacional bruta	40.497	23.117
PIS e COFINS diferidos	(1.541)	(843)
Deduções da receita	(1.541)	(843)
Receita operacional líquida	38.956	22.274

	2017	2016
Conciliação entre a receita bruta e a receita registrada para fins tributáveis de IRPJ e CSLL		
Receita operacional bruta	40.497	23.117
(+/-) Efeitos de ajustes societários e tributação pelo regime de caixa	(40.497)	(23.117)
Receita operacional bruta tributável	-	-

17. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Contrato para implantação das subestações - No dia 7 de abril de 2015, a Companhia celebrou um contrato com a São Simão Montagens e Serviços de Eletricidade Ltda., na modalidade Lump Sum Turnkey, cujo objeto é o fornecimento de equipamentos, sistemas e materiais, bem como a prestação de todos os serviços necessários, incluindo execução das obras civis, montagem eletromecânica e comissionamento nas subestações Itabirito II e Vespasiano II, no valor de R\$19.924, com vencimento para 9 (nove) meses a partir da emissão do Termo de autorização de início de serviço - TAS, que será realizada após a liberação da licença de instalação pelo órgão ambiental competente, prevista para março de 2018. Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia não possuía adiantamentos e contas a pagar com esse fornecedor, efetuou pagamentos durante o exercício no valor de R\$633.

Contratos para construção de linha de transmissão

No dia 11 de setembro de 2017, a Companhia celebrou um contrato com a Heliâncora Engenharia e Construções Ltda., cujo objeto é o fornecimento de serviços especializados de execução da

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

montagem para torres em linhas de transmissão da Rede Básica, no valor de R\$10.350, com início a partir da emissão do Termo de autorização de início de serviço – TAS e vencimento em 31 de dezembro de 2018. A Companhia não efetuou pagamentos durante o exercício de 2017 e em 31 de dezembro de 2017 não possuía adiantamentos e contas a pagar com esse fornecedor.

No dia 1º de setembro de 2017, a Companhia celebrou um contrato com a C.A.Z. Construções Ltda-ME, cujo objeto é a prestação de serviços especializados de execução das fundações para torres em linhas de transmissão da Rede Básica, no valor de R\$18.570, com início a partir da emissão do Termo de autorização de início de serviço – TAS e vencimento em 31 de dezembro de 2018. A Companhia não efetuou pagamentos durante o exercício de 2017 e em 31 de dezembro de 2017 não possuía adiantamentos e contas a pagar com esse fornecedor.

No dia 30 de agosto de 2017, a Companhia celebrou um contrato com a Organiza Negócios Ltda-EPP, cujo objeto é o fornecimento de serviços especializados de execução da supressão vegetal e abertura de acessos em linhas de transmissão da Rede Básica, no valor de R\$2.122, com vencimento para 5 (cinco) meses a partir da emissão do Termo de autorização de início de serviço – TAS. A Companhia não efetuou pagamentos durante o exercício de 2017 e em 31 de dezembro de 2017 não possuía adiantamentos e contas a pagar com esse fornecedor.

No dia 7 de agosto de 2017, a Companhia celebrou um contrato com a SAE Towers Brasil Torres de Transmissão Ltda, cujo objeto é o fornecimento de cadeias de cabos condutores e para-raios e materiais de aterramento, no valor de R\$1.292, com vencimento em 28 de fevereiro de 2018. A Companhia não efetuou pagamentos durante o exercício de 2017 e em 31 de dezembro de 2017 não possuía adiantamentos e contas a pagar com esse fornecedor.

No dia 7 de março de 2016, a Companhia celebrou um contrato com a Nexans Brasil S.A., cujo objeto é o fornecimento de cabo condutor de alta tensão de liga de alumínio e de cabo CAA Dotterel, no valor final de R\$16.546. Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia não possuía adiantamentos e contas a pagar com esse fornecedor, efetuou pagamentos durante o exercício no valor de R\$8.495.

No dia 27 de julho de 2015, a Companhia celebrou um contrato com a Brametal S.A., cujo objeto é o fornecimento de torres metálicas treliçadas, no valor estimado de R\$13.650, com vencimento para 12 (doze) meses da assinatura do contrato, condicionado a emissão do TAS. Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia possuía com esse fornecedor contas a pagar no valor de R\$1.604 e efetuou pagamentos durante o exercício no valor de R\$12.520.

18. OUTRAS INFORMAÇÕES

Aspectos ambientais - Em 18 de novembro de 2014, foi protocolado o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do empreendimento da LT Itabirito 2/Vespasiano 2, junto à Superintendência Regional de Regularização Ambiental (SUPRAM), órgão responsável para efetuar o processo de Licenciamento Ambiental. Em 06 de março de 2017 foi emitida a licença prévia do empreendimento. A previsão para a emissão da licença de instalação é março de 2018.

* * * * *

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

Diretoria	
Nome	Cargo
Marco Antônio Resende Faria	Diretor sem denominação específica
Marcus Pereira Aucélio	Diretor sem denominação específica

Wagner Rocha Dias
Contador
CRC-RJ-112158/O-3
CPF nº 778.993.777-49